

# Como o apoio de quem presencia violência contra a mulher pode salvar vidas e ajudar a punir criminosos

*‘Cidadão que sabe que está acontecendo um crime tem a obrigação de fazer algo’, diz promotora*

**(O Globo, 24/03/2019 - acesse no site de origem)**

Pelo menos oito telefonemas à Polícia Militar antecederam a morte de Daniela Eduarda Alves, assassinada a facadas pelo marido, em Fazenda Rio Grande, na região metropolitana de Curitiba. Eram vizinhos que ligaram insistentemente para o serviço de emergência, pedindo que uma viatura fosse até a casa do casal, por causa do barulho das agressões. Mas o “socorro” chegou tarde. Daniela já estava morta havia 40 minutos.

“Solicitações de outras ocorrências” foi a justificativa dada pela polícia para a demora no atendimento ao caso, registrado há pouco mais de uma semana e que terminou com a prisão do autor, Emerson Bezerra da Silva. Como se não bastasse, uma fala do tenente-coronel da PM Manoel Jorge dos Santos Neto à TV causou perplexidade. “Se o marido mata a esposa, infelizmente é uma questão familiar que daí se torna um crime”, disse.

O descaso na proteção da vítima e na fala do policial descortina uma máxima que precisa ser urgentemente revista em nossa sociedade: “em briga de marido e mulher, não se mete a colher”. Segundo a promotora de Justiça no Ministério Público do Estado de São Paulo Gabriela Manssur, especialista em casos de violência contra a mulher, os vizinhos de Daniela fizeram o correto.

— Violência doméstica não é briga de marido e mulher. É crime. O cidadão que sabe que está acontecendo um crime tem a obrigação de fazer algo — diz ela, ponderando que muitas pessoas deixam de denunciar porque acham que é um fato isolado ou que o casal pode reatar.  
— Mas isso não é um problema nosso. Vizinhos, colegas de trabalho e amigos podem ser verdadeiros anjos da guarda. Muitas vezes, são essas pessoas que denunciam, já que as vítimas estão vulneráveis.

Foi graças a essa interferência que a consultora de beleza Kamila Oliveira, de 30 anos, conseguiu se livrar de um ex-marido que a agrediu por vários anos.

— Em dois prédios que moramos, vizinhos me ajudaram. No primeiro, uma moradora avançou nele, para tirá-lo de cima de mim, numa das agressões. No segundo, um outro vizinho chegou a colocá-lo para fora do prédio — conta ela, sobre o ex-companheiro, hoje preso por causa da violência. — Mas além de me protegerem diretamente, eles conversavam muito comigo. E isso me deu coragem para denunciá-lo.

Se a ajuda de vizinhos foi fundamental para Kamila, a omissão de amigos e parentes causou justamente o efeito contrário sobre Samanta (nome fictício), de 21 anos. Ela sofreu abusos sexuais do próprio pai durante a infância, seguidos por uma sucessão de agressões físicas.

— Minha mãe e meus irmãos viam que ele me batia, mas não faziam nada. Fui humilhada e apanhei na frente de amigos, que também fizeram vista grossa — relata. — Como ninguém agia, eu achava que não adiantaria buscar ajuda.

Isso só fez com que eu ficasse mais acuada.

Recentemente, Samanta ficou muito sensibilizada com o relato da paisagista Elaine Caparroz, que foi agredida por quatro horas até que vizinhos e funcionários do condomínio onde ela mora acionassem a polícia. Ela, que ainda vive com o pai por medo de perder a única fonte de renda da família ao denunciá-lo, conhece bem o peso da falta de ajuda por parte dos moradores de seu prédio.

— A última vez que ele me bateu foi no ano passado e durou muito tempo. Via minha boca sangrando, mas ele não parava.

Eu gritava, e ninguém fazia nada. Ele me deu um mata-leão e fiquei sem ar — conta ela, que buscou ajuda em grupos de apoio depois desse episódio. — Se alguém tivesse intervindo antes, já teria solucionado o meu problema.

Tão importante quanto ajudar as vítimas, no entanto, é saber se aproximar da maneira certa. De acordo com a promotora Gabriela Manssur, julgamentos devem ser evitados.

— Se você faz isso, traz uma culpa enorme para uma pessoa que já está se sentindo culpada — diz. — É comum a mulher que está nessa situação se ver numa posição de passividade. Então, quem ajuda tem que assumir um papel mais ativo, mostrando caminhos e acompanhando as vítimas na hora de ir ao IML ou a locais onde possam obter apoio, como o Ministério Público.

Esses cuidados foram cruciais para que uma professora carioca, que prefere não se identificar, conseguisse ajudar uma amiga de longa data, que vinha sofrendo violência psicológica praticada pelo marido.

— Ele a desautoriza na frente do filho criança, e ela já me relatou que, às vezes, não leva uma discussão adiante, com medo das alterações do parceiro. Comecei a perceber também o quanto isso refletiu na saúde dela, que desenvolveu doenças como diabetes, compulsão alimentar e picos de pressão — afirma.

A gota d'água veio quando o filho a agrediu, e o pai ficou do lado dele, dizendo que a mãe havia provocado. Receosa de que esses abusos psicológicos se desdobrassem em agressões físicas, a professora propôs à amiga que fizessem uma visita ao Centro de Referência para Mulheres da UFRJ.

— Ela já tinha ido a psicólogos e até feito terapia de casal, mas nada adiantava. Então, achei que um atendimento especializado seria mais eficiente. Como argumento, disse que seria importante procurar ajuda, inclusive, para que pudesse lidar com o filho.

Na primeira visita, busquei minha amiga em casa e a levei de volta, depois de quase três horas de atendimento. A pedido dela, até participei dos momentos iniciais da conversa. Agora, ela já está disposta a um segundo encontro.

Histórias como essa, segundo a coordenadora do Centro, Marisa Chaves de Souza, têm sido cada vez mais recorrentes, conforme as questões de gênero ganham visibilidade.

— Até mesmo as mulheres que têm poder aquisitivo mais alto e antes tentavam resolver esses problemas contratando advogados, por exemplo, entenderam que, mesmo gastando todo dinheiro, não encontravam o acolhimento necessário — exemplifica Marisa, citando que o centro oferece atendimento integral, com psicólogos e assistentes sociais, em ações individuais e coletivas.

A gota d'água veio quando o filho a agrediu, e o pai ficou do lado dele, dizendo que a mãe havia provocado. Receosa de que esses abusos psicológicos se desdobrassem em agressões físicas, a professora propôs à amiga que fizessem uma visita ao Centro de Referência para Mulheres da UFRJ.

— Ela já tinha ido a psicólogos e até feito terapia de casal, mas nada adiantava. Então, achei que um atendimento especializado seria mais eficiente. Como argumento, disse que seria importante procurar ajuda, inclusive, para que pudesse lidar com o filho.

Na primeira visita, busquei minha amiga em casa e a levei de volta, depois de quase três horas de atendimento. A pedido dela, até participei dos momentos iniciais da conversa. Agora, ela já está disposta a um segundo encontro.

Histórias como essa, segundo a coordenadora do Centro, Marisa Chaves de Souza, têm sido cada vez mais recorrentes, conforme as questões de gênero ganham visibilidade.

— Até mesmo as mulheres que têm poder aquisitivo mais alto e antes tentavam resolver esses problemas contratando advogados, por exemplo, entenderam que, mesmo gastando todo dinheiro, não encontravam o acolhimento necessário — exemplifica Marisa, citando que o centro oferece atendimento integral, com psicólogos e assistentes sociais, em ações individuais e coletivas.

*Eduardo Vanini*

---

## **É pela vida das mulheres: Nota de apoio a Debora Diniz**

*Pesquisadora da Anis registrou Boletim de Ocorrência após receber ameaças de morte*

**(Instituto Patrícia Galvão, 11/07/2018)**

A pesquisadora, antropóloga, professora e escritora Debora Diniz [registrou Boletim de Ocorrência na última semana](#) após sofrer agressões em redes sociais e receber mensagens e ligações com ameaças de morte. Debora Diniz é defensora e ativista pela descriminalização do aborto e encabeça, junto à Anis - Instituto de Bioética e ao PSOL, uma ação no STF para que o aborto possa ser feito de forma voluntária até a 12ª semana no Brasil.

O Instituto Patrícia Galvão registra por meio desta nota total apoio a Debora Diniz e repudia qualquer tipo de agressão e ameaça feitas contra ela e qualquer mulher que lute por seus

direitos. Cobramos ainda a urgente responsabilização e punição dos agressores.

A questão da interrupção voluntária da gravidez é um tema de extrema importância para a saúde pública e a garantia dos direitos das mulheres e deve ser debatido com urgência e serenidade. [Segundo dados da OMS, mais de 25 milhões de abortos inseguros ocorreram anualmente](#) no mundo entre 2010 e 2014, sendo 97% desse total em países em desenvolvimento da África, Ásia e América Latina.

Não podemos mais permitir que as vidas de milhares de mulheres sejam interrompidas em decorrência de abortos realizados de forma insegura no Brasil. Acompanhando a onda de avanços ao redor do mundo - com o [referendo na Irlanda](#) e a [votação na Câmara dos Deputados na Argentina](#) -, acreditamos que podemos alcançar o pleno direito de escolha e proteção à vida das mulheres com a garantia de interrupção segura da gravidez.

*Instituto Patrícia Galvão*

---

## **Saiba como ajudar e o que não dizer a uma mulher que sofreu violência sexual**

*Na hora de mostrar apoio, muita gente comete deslizes e faz comentários indelicados*

**[\(Emais, 24/10/2017 - acesse no site de origem\)](#)**

A hashtag #MeToo, ou #EuTambém, tem ajudado a expor diversos casos de abuso ou assédio contra mulheres. Algumas relatam que mantiveram a violência em silêncio por vergonha, medo do abusador, relação de poder ou mesmo por não perceberem a gravidade da situação quando ela ocorreu.

“Eu nunca falei sobre essas coisas publicamente porque, como mulher, sempre pareceu que seria como se eu estivesse falando do tempo lá fora”, relatou a atriz Molly Ringwald em [depoimento publicado na revista The New Yorker](#). O assunto e a hashtag voltaram à tona depois dos relatos de dezenas de atrizes que sofreram abusos do [produtor Harvey Weinstein](#).

Enquanto o apoio coletivo tem ajudado muitas mulheres a contar suas histórias, é importante lembrar que isso não é um convite para sanar a curiosidade e querer saber mais sobre cada caso postado nas redes sociais. “A primeira coisa é se dispor a ouvir, mais do que fazer perguntas”, explica Sofia González, que media na associação [Artemis](#) um grupo de apoio a mulheres que sofreram violência sexual. Portanto, um post não significa automaticamente que a mulher está disposta a conversar com qualquer pessoa sobre o assunto.

“Vai muito do vínculo que você já tem com essa pessoa. Se o depoimento dela te fez pensar nos seus casos de abuso e te inspirou, pode caber falar algo nesse sentido”, diz Sofia. Por outro lado, algumas perguntas ou comentários podem ser ofensivos ou indelicados.

Veja algumas perguntas que você não deve fazer a alguém que acaba de relatar uma violência

sexual:

**Não pergunte: ‘Mas você tem certeza?’**

“Eu passei por uma violência e uma das primeiras pessoas para quem eu contei era meu melhor amigo, que morava comigo. A primeira coisa que ele perguntou foi: ‘Você tem certeza?’” Relata Sofia Gonzáles, que media na associação Artemis um grupo de apoio a mulheres que sofreram violência sexual. Ela explica que a pergunta desestabiliza ainda mais a mulher que acabou de passar por uma situação traumática. “Ela sofreu muitas formas de violência. Então é importante que ela não se sinta julgada ou culpada por alguém que está querendo ajudar”, diz Luiza Assumpção, psicóloga que também atua na Artemis. Em vez disso, mostre que você vai apoiar as decisões e respeitar o espaço dela.

**Não pergunte: ‘O que aconteceu exatamente?’**

“Quando alguém que relata um caso de estupro, a gente muitas vezes se sente na obrigação de dizer alguma coisa. Mas precisa tentar evitar matar a própria curiosidade – saber quem foi, como foi. A principal atitude é focar na vítima”, afirma Luiza. Em vez de questionar detalhes, diga: “Se você não quiser falar, tudo bem. Estou aqui para o que você precisar”, sugere Sofia.

**Não pergunte: ‘Quem foi o agressor?’**

Luiza e Sofia ressaltam que o mais importante é respeitar o limite da mulher. Ela deve contar aquilo que se sente à vontade em dizer e apenas quando estiver pronta. Você pode explicar para ela a importância de denunciar o agressor e se oferecer para acompanhá-la, mas não deve julgar a decisão final dela. “Um abuso já é atravessar os limites de alguém. Então a partir daí é importante respeitar as barreiras que ela vai colocar no contato dela com o mundo”, explica Luiza.

**Não pergunte: ‘Você estava bêbada?’**

Questionar as circunstâncias da violência, mesmo sem a intenção, é um julgamento. Vale lembrar que não importa se a mulher estava bêbada ou sóbria, nada justifica o abuso ou assédio.

**Não pergunte: ‘Que roupa você estava usando?’**

Vale o mesmo raciocínio da questão anterior: a mulher só será agredida se um agressor estiver por perto. “Um dos grandes problemas da situação de violência é que o primeiro sentimento é de vergonha de dizer, de se expor”, explica Nathália Cardoso, preceptora do programa de residência em Medicina de Família e Comunidade da faculdade de medicina da USP e médica no Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde. Julgar a mulher após o assédio ou abuso vai deixá-la com ainda mais receio de falar sobre a situação.

**Não pergunte: ‘O que você estava fazendo lá?’**

Mais um questionamento que implica julgamento. Demonstre que você está pronto para ouvir o que ela quiser contar, sem levar o foco da agressão para as atitudes dela.

**Não diga: ‘No seu lugar, eu faria diferente’**

É preciso lembrar que cada pessoa vai lidar com o abuso ou assédio de uma maneira diferente. “A gente tem que se controlar muito para não dizer o que faria dentro da nossa perspectiva, porque cada um tem a sua história, é muito particular”, complementa Nathália.

Se uma mulher decidir se abrir com você e relatar um caso de violência, o melhor é ouvi-la e tentar entender como ela prefere lidar com a situação. “Se você puder, vale tentar ajudar. A pessoa chega confusa. Quando você passou por uma situação de violência, é muita coisa que

passa na cabeça — raiva dificuldade para lidar”, explica Sofia. “Se você conseguir, pode ajudá-la a organizar as ideias. Mas sempre deixando na mão da pessoa a decisão de falar.”

Quando ela está disposta a denunciar, você pode acompanhá-la até a delegacia, por exemplo. Sofia destaca, no entanto, que a escolha final deve ser sempre da mulher. “Às vezes, forçar a denunciar em um momento em que ela não consegue, mesmo querendo ajudar, pode fazer mal. A denúncia não é fácil”, explica.

Se ela der abertura, você pode também incentivá-la a procurar ajuda psicológica profissional. “Os índices de depressão, ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático, abuso de álcool, drogas, e dificuldade para ter relações sexuais são muito altos entre essas mulheres”, explica Luiza Assumpção, psicóloga que também atua na Artemis.

Além disso, a psicóloga relata que, se a mulher tem um parceiro ou parceira fixa, pode ser interessante que ele ou ela também tenha acompanhamento psicológico para saber como lidar com a situação, já que o comportamento sexual de alguém que passa por uma violência costuma mudar.

Incentivar a mulher a ir ao hospital para fazer exames e tomar os medicamentos necessários até 72 horas após um estupro também pode ajudar. Os profissionais de saúde, por sua vez, precisam estar prontos para identificar a violência sexual e não constranger a paciente, explica Nathália Cardoso, preceptora do programa de residência em Medicina de Família e Comunidade da faculdade de medicina da USP e médica no Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde. “Os casos de violência não vêm para nós de uma forma direta. A principal queixa é de dores que a gente não consegue explicar. O profissional da saúde tem que estar muito atento”, afirma a médica.

Se a paciente preferir, pode pedir para ser atendida por uma profissional do sexo feminino, explica Nathália. Segundo ela, o mais importante é que a mulher se sinta segura e não seja julgada. “É preciso deixar muito explícito desde o início da consulta que tudo que ela disser vai ser guardado em sigilo.”

A palavra ‘acolher’ é considerada chave por todas as entrevistadas. Ouvir o que a mulher tem a dizer, não duvidar dela e respeitar suas decisões são as atitudes mais eficazes para ajudar alguém que sofreu abuso sexual. Nathália ainda ressalta que abuso não é apenas estupro, e que é preciso respeitar todos os relatos. “Uma mulher pode se sentir muito ofendida de receber uma cantada, por exemplo. Existem vários níveis de violência, mas todos são violência”.

Sofia e Luiza vieram ao nosso estúdio para falar sobre o tema. Confira a entrevista completa:

*Luiza Pollo*

---

# Sou homem e uma colega me conta que está sendo assediada sexualmente pelo chefe: o que faço?

*O escândalo do produtor Harvey Weinstein demonstra que esses assuntos não representam casos tão isolados como acreditamos*

**(El País, 19/10/2017 - acesse no site de origem)**

Uma grande mesa à qual se sentam quatro mulheres e cinco homens, um deles o chefe. Batem papo enquanto trabalham e uma das mulheres conta que certa vez, quando era adolescente, montava em um cavalo que saiu desembestado. O chefe, 10 anos mais velho do que ela, sorri, malicioso, e responde: “Você é como um cavalo desembestado, mas eu te domava”. Os homens à mesa riem, ainda que um, quase imperceptivelmente, faça uma careta. Em uma conversa particular, este diz à colega que todos os anos o chefe “escolhe” uma das recém-chegadas e se dedica a persegui-la com comentários, gestos e mensagens eletrônicas.

Não é uma situação imaginária. É completamente real. Neste caso concreto, como no tão falado escândalo de abusos sexuais pelo produtor de Hollywood [Harvey Weinstein](#), tratava-se de um “segredo calado” que se perpetuou durante anos. Mas se algo foi demonstrado com tudo o que foi publicado sobre Weinstein e com as [reações das redes sociais](#) é que esses assuntos não são casos tão isolados como gostaríamos de acreditar, e que a sociedade não só ainda os permite como também os silencia. Em 2013, há apenas quatro anos, o ator Seth MacFarlane anunciou as indicadas ao Oscar de melhor atriz coadjuvantes com esta piada: “Parabéns, vocês cinco já não têm mais que fingir se sentirem atraídas por Harvey Weinstein”. Nem isso fez o alarme soar.

Mas não se trata apenas de [Hollywood](#). Um estudo de 2010 do Ministério da Igualdade da Espanha sobre assédio sexual no trabalho e incluído em um [relatório do Conselho Geral do Poder Judicial](#), destaca “como dado significativo o reduzido índice de denúncias registrado”. Não é algo positivo. Não atribui isso a que o problema seja inexistente, mas sim ao “sistema de crenças sexistas que ainda perdura na sociedade espanhola e que normaliza esse tipo de conduta”.

E prossegue: “As vítimas consideram tão normais certas condutas violentas que se contentam em aceitar que ‘fazem parte das regras do jogo’ entre os sexos”, explica o relatório. Assim pensavam – que era a forma como deviam pensar – muitas das atrizes que se encontraram com Weinstein, assim como muitos dos homens que viram e permitiram que os assédios ocorressem. Agora que o caso se tornou público, graças às reportagens do [The New York Times](#) e da [The New Yorker](#), muitos se perguntam por que se calaram e o que poderiam ter feito.

O ciclo é semelhante ao que ocorreu com a [violência de gênero](#) quando ainda era considerada algo que correspondia ao âmbito privado e no qual ninguém deveria se meter. Se atualmente um homem que visse uma agressão física a uma mulher não duvidaria em agir, por que não ocorre o mesmo com o [assédio sexual](#) no trabalho?

Se você é um desses homens que não querem que o assunto seja marginalizado, eis aqui algumas dicas de como agir para ajudar.

## **Observar**

Talvez o comentário em princípio tenha parecido para a colega uma simples brincadeira ou essa aproximação tenha sido vista como um mero gesto de carinho. Mas se você parar para pensar, talvez não seja algo tão normal. Olhe à sua volta e aprenda a observar. Sheela Raja, especialista em assédio sexual, [conta à Esquire](#) a importância de entender as reações da mulher, se devolve o sorriso, se parece incomodada, e explica que, apesar de “não ensinarem as mulheres a dissimular o incômodo”, há sinais indicativos que podem nos ajudar a ver que a situação não é do agrado delas.

“Se uma colega muda de forma brusca seus hábitos (não participa de reuniões sociais, refeições, já não toma café com os colegas, se ausenta de reuniões e viagens, etc.), pode ser um sintoma de que há alguma situação de relação interpessoal problemática, às vezes associada ao assédio”, explica a psicóloga Elisa Sánchez, que coordena o grupo de saúde profissional do [Colégio Oficial de Psicólogos de Madri](#).

Integrantes da associação [Stop Violência Sexual](#) acrescentam que, devido ao fato de as mulheres questionarem que são as culpadas, é muito comum que mudem “sua forma de vestir, ficando mais cautelosas em sua maneira de se relacionar etc. É possível perceber uma sintomatologia ansiosa depressiva, evitando-se o trabalho e especialmente o encontro com o indivíduo, o que às vezes resulta em queda do rendimento profissional”.

## **Não se cale**

É importante que o assediador veja “que sua conduta não é adequada nem compartilhada, que é uma conduta inaceitável, que é um tipo de violência de gênero. Algo que acontece com muita frequência, e que está em nossas mãos mudar, são por exemplo as correntes de piadas ou imagens recebidas por [Whatsapp](#). É preciso fazê-las parar, dizer nos grupos ou para a pessoa que as envia que não tem graça, e que não mande novamente arquivos desse tipo, e sem dúvida não reenviá-las”, explica Antonio Herrera, professor de Psicologia Social da Universidade de Granada e autor de vários estudos sobre assédio sexual no trabalho.

[Emtrain](#), uma empresa que oferece cursos de capacitação a empresas sobre assédio sexual, tem um sistema curioso para avaliar as condutas no âmbito profissional. Trata-se de um sistema de cores: o verde é o que cria um bom ambiente de trabalho, “o amarelo é quando não estamos dando o nosso melhor para trabalhar. O laranja é inadequado, são comportamentos que refletem parcialidade e assédio. O vermelho é ilegal”, explica à *Esquire* Janine Yancey, CEO da empresa que assessorou, entre outras, companhias como [Netflix](#). Assim, afirmam, aprende-se a avaliar e deslegitimar os comportamentos negativos colocando o foco nas ações.

## **Fale com ela**

Se você vir alguma dessas situações, com naturalidade pergunte à mulher se está se sentindo incomodada. Este simples fato a ajuda a ganhar confiança. Já não se trata de algo que só ela está percebendo: dá segurança e demonstra que ela não é a culpada. Apesar de que, como afirma a psicóloga Elisa Sánchez, “seja preciso ter muito cuidado com a forma como se pergunta, porque é frequente que a pessoa assediada negue em um primeiro momento por medo ou culpa”. Mas, apesar de dizer que não está acontecendo nada, se o assédio está



acontecendo, o interesse demonstrado pode ajudá-la. “Em muitas ocasiões, só demonstrando apoio social, fazendo-lhe ver que não está sozinha e que pode ser acompanhada no processo, é suficiente para se sentir com forças para enfrentar e denunciar a situação”, afirma Herrera.

“É importante não dizer que não tem importância, que aguenta, que logo passa... Esses comentários não só não pararão as condutas de assédio, como os aumentarão”, continua Herrera. Também não tome decisões sem contar com a opinião da mulher. Talvez no momento não se sinta forte o suficiente para denunciar. Nesse caso, Sánchez afirma que uma boa opção é “evitar que fique sozinha com o assediador, permanecer a seu lado em reuniões e conversas, em chamadas telefônicas etc.”. Assim, não só é possível evitar o assédio como também, se ocorrer, ser testemunha, o que ajudaria se a vítima decidisse denunciar.

## **Denuncie**

Em um relatório do Instituto da Mulher conclui-se que de todas as opções possíveis, a resposta mais eficaz é “levar a queixa aos chefes”. Em quase 6 de cada 10 casos em que se tomou essa iniciativa o assédio desapareceu, afirma Sánchez, que continua: “Se na empresa há uma Comissão de Igualdade e/ou um protocolo de assédio, é preciso ativar”. Assim, seria o caso de uma denúncia de caráter trabalhista. Para que se produzisse uma de caráter penal é indispensável a participação da vítima.

É, sem dúvida, a parte mais difícil, pois exige envolver-se totalmente – afinal, é um problema que nos diz respeito a todos como sociedade.

Mas também é a que estabelece a diferença entre o assédio sexual no trabalho ser um “segredo calado” ou simplesmente deixar de ser.

*Elena Horrillo*

---

## **Não pedimos desculpas à cultura patriarcal, por Gisele Pereira**

*Todo o apoio à ex-ministra Eleonora Menicucci, que preferiu ser condenada a se sujeitar às exigências do ator Alexandre Frota*

**(CartaCapital, 18/10/2017 - acesse no site de origem)**

As peripécias da justiça brasileira facilmente se enquadram em um conto kafkiano. Não a toa, o termo ganhou popularidade no Brasil para adjetivar nossa (sur)realidade. O caso que envolve o ator [Alexandre Frota e Eleonora Menicucci](#), ex-ministra da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres é um exemplo crasso.

Frota moveu uma ação contra Menicucci, que foi julgada e condenada, em primeira instância, a pagar a quantia de 10 mil reais ao ator por danos morais. Ainda em outubro haverá novo julgamento. Não só a ex-ministra será julgada, mas todas aquelas e aqueles que lutam contra a

cultura do estupro.

O processo é decorrência de uma declaração de Menicucci na qual manifestava seu estarcimento e preocupação pelo fato de o ministro da Educação na época receber “alguém que faz apologia ao estupro” como autoridade para tratar de assuntos educacionais.

A apologia ao estupro a qual se referiu a ministra se relacionava a uma declaração de Frota no programa de televisão “Agora é Tarde”, da TV Bandeirantes, no início de 2015, na qual o ator relatou ter praticado “sexo” sem consentimento com uma mãe de santo. Segundo ele, a mulher procurada para uma consulta espiritual não manifestou consentimento para o ato e ainda foi desacordada por força da violência.

Além disso, também fez parte de seu relato a distorção e ridicularização da crença dos povos de terreiro e religiões de matriz africana. Isso contribui para reforçar ideias equivocadas que estão na raiz da intolerância religiosa. Disse Frota: “Mãe de santo é uma pessoa que pode chegar e me vuduzar de um jeito...”

A mãe de santo em questão não tem nome, o ator diz não se lembrar. Em seu relato é apenas um corpo inanimado, um objeto que “dá pra pegar, dá pra comer (sic)”. A linguagem desrespeitosa e agressiva seguiu sob aplausos e risos de uma plateia indiferente à perversidade ouvida.

Não importa se sua declaração foi uma encenação, como afirmou depois. O fato de ter feito piada de um crime, naturalizando sua prática e minimizando sua gravidade, é algo por si só repugnante.

O “humor” que reivindica Frota passa de todos os limites do aceitável quando se presta ao desserviço de minimizar crimes como violência e estupro. Os limites do bom senso e o respeito à dignidade foram completamente destruídos em sua fala.

Ainda mais simbólico que o valor exigido como recompensa aos danos morais sofridos, é o pedido de desculpas. Segundo Menicucci, Frota propôs em audiência de conciliação que ela pedisse desculpas para encerrar o processo.

Por sua história e pelo peso que isso representa para todas nós mulheres, acertadamente a ex-ministra recusou o acordo. O ato simbolizaria reconhecer nele o papel de vítima que está longe de lhe caber. Seria submeter-se à mesma ditadura patriarcal que condena exposições artísticas ligadas à diversidade sexual e ao nu artístico e que, no mínimo, não dá a dimensão devida aos atos cotidianos de violência contra as mulheres. Ditadura, esta, que defende a [Escola Sem Partido](#) e que tenta impedir que a igualdade de gênero seja debatida nas escolas.

A perniciosa [cultura do estupro](#) justifica e favorece a violência contra as mulheres, transformando seus corpos em territórios vazios a serem explorados, usados e descartados. Recusamos a seguir o papel submisso que nos é atribuído neste cenário obscuro. Faremos nosso próprio roteiro e não permitiremos ter nossas vidas dirigidas por regras injustas.

A Menicucci e a todas as pessoas que lutam pelo direito de existir, refletir e resistir, nossa total solidariedade. Solidariedade que, segundo [Franz Kafka](#), é “o sentimento que melhor expressa o respeito pela dignidade humana”.

Nossa solidariedade também às vítimas do crime hediondo do estupro que viram suas dores

expostas e ridicularizadas, a todas mães de santo e todas as mulheres que lidam cotidianamente com a espetacularização de seus corpos e a depreciação de sua fé e de sua dignidade.

Não nos deixaremos condenar ao silêncio e submissão. Por nossas vidas, por nossa dignidade, não nos calaremos diante da cultura patriarcal, muito menos lhe pediremos desculpas.

Será realizado um ato em frente ao Fórum João Mendes, em São Paulo, no dia 24 de outubro (terça-feira), a partir das 9:30. Saiba mais no [evento](#) no Facebook.

---

## **Declaração do UNFPA sobre a decisão dos EUA de suspender seu financiamento**

O UNFPA, Fundo de População das Nações Unidas, lamenta a decisão dos Estados Unidos de negar qualquer financiamento para nosso trabalho que salva vidas em todo o mundo. Esta decisão baseia-se na afirmação errônea de que o UNFPA “apóia ou participa na gestão de um programa de aborto coercivo ou esterilização involuntária” na China. O UNFPA refuta esta afirmação, uma vez que todo o seu trabalho promove os direitos humanos dos indivíduos e dos casais para tomarem as suas próprias decisões, livres de coerção ou de discriminação. De fato, os Estados-Membros das Nações Unidas há muito descrevem o trabalho do UNFPA na China como uma força para o bem.

Os Estados Unidos, um dos nossos membros fundadores, têm sido por muito tempo parceiros do UNFPA no trabalho de proteger e promover a saúde reprodutiva e os direitos das mulheres e meninas, com a finalidade de melhorar sua saúde e a saúde de suas famílias.

**Leia mais:** [EUA deixarão de financiar Fundo de População da ONU sobre aborto \(O Globo, 04/04/2017\)](#)

O apoio que recebemos ao longo dos anos do Governo e do povo dos Estados Unidos contribuiu para salvar dezenas de milhares de mães de mortes e incapacidades evitáveis, especialmente agora nas crises humanitárias globais que estão se desenvolvendo rapidamente. Com contribuições anteriores dos Estados Unidos, o UNFPA estava combatendo a violência baseada no gênero e reduzindo o flagelo das mortes maternas nos locais mais frágeis do mundo, em áreas de conflito e desastres naturais, incluindo o Iraque, Nepal, Sudão, Síria, Filipinas, Ucrânia e Iêmen.

Nós sempre consideramos os Estados Unidos como um parceiro de confiança e um líder em ajudar a garantir que toda gravidez seja desejada, todo parto seja seguro e cada jovem alcance seu potencial. Esperamos, portanto, poder continuar o nosso trabalho com os Estados Unidos para abordar estas preocupações globais e restaurar a nossa forte parceria para salvar as vidas de mulheres e meninas no âmbito dos objetivos globais de desenvolvimento, sem deixar ninguém para trás.

---

## [Casa para abrigar LGBTs expulsos pela família é inaugurada após 'vaquinha'](#)

*Espaço na Bela Vista pode receber até 20 pessoas e oferece apoio psicológico e médico a gays, lésbicas, travestis e transexuais*

**[\(O Estado de S. Paulo, 25/01/2016 - acesse no site de origem\)](#)**

Eles foram expulsos de casa. Entre os moradores, há filhos e filhas de pastores e policiais. Há quem tenha levado um soco e sido ameaçado de morte pelo próprio tio. Vítimas de violência - física, psicológica ou ambas -, gays, lésbicas, travestis e transexuais ganharam uma nova opção de lar. Em uma esquina da Bela Vista, bairro no centro da capital, um sobrado verde onde antes funcionava um bar no térreo e uma ocupação no andar de cima, a partir desta quarta-feira, 25, passa a abrigar LGBTs expulsos pela família.

A Casa 1, república de acolhimento e centro cultural, nasceu de financiamento coletivo e será inaugurada nesta quarta. Em um mês e meio, o projeto arrecadou R\$ 112 mil em uma plataforma de crowdfunding, oferecendo aos 1.048 colaboradores recompensas como a inscrição do nome dos participantes na parede externa da Casa e 32 opções de palestras, workshops e cursos. É uma iniciativa totalmente voluntária, sem patrocínio ou edital público. Para marcar a abertura do espaço, a Casa estará em festa das 14 às 22 horas no dia do aniversário da cidade.

O primeiro morador chegou no dia 2 de janeiro e o lugar já abre com cinco pessoas (duas travestis e três gays). Eles vêm do Rio, de Minas Gerais, da periferia de São Paulo e até do interior de Sergipe. A capacidade máxima é para 12 moradores, que podem ficar até três meses. Mas os organizadores do projeto dizem que se apertar e for necessário, o local pode abrigar até 20. Hoje, no andar de cima do sobrado, há sete camas, uma sala com sofá, mesa de jantar e televisão, além de cozinha e banheiros. Boa parte dos móveis e eletrodomésticos foi doação.



Nomes dos colaboradores foram escritos na fachada da casa (Foto: Nilton Fukuda/Estadão)

Segundo a entrar na casa, o estudante mineiro Otávio Salles, de 23 anos, brinca ao dizer que é “a governanta” do lugar. Ele e o idealizador da Casa 1, o jornalista e militante LGBT Iran Giusti, de 27 anos, ficaram amigos no ano passado. Após ter todas as roupas cortadas com tesoura pelo irmão, Salles levou um soco do tio, que o teria ameaçado de morte. “Ele disse: Boiola merece morrer. Falou que se me pegasse iria me matar de porrada”, conta o estudante. “Esconderam os meus documentos para evitar que eu fosse até a delegacia, mas consegui achar a minha certidão de nascimento e fui denunciar. Tive que ensinar para o policial como se escrevia homofobia. Ele não sabia como se escrevia a palavra.”

Morando com um amiga e trabalhando em um bar, em Belo Horizonte, o estudante conheceu Giusti por acaso. “Acabamos fazendo amizade, conversamos e ele me chamou para ficar no sofá dele em São Paulo”, afirma. O militante começou a acolher, então, LGBTs expulsos de casa. “Fiz um post no Facebook que foi compartilhado por duas mil pessoas. Recebi em poucos dias quase 50 solicitações de abrigo. Mas a minha casa era um quarto e uma sala. Pensei que precisava fazer algo maior”, afirma Giusti. Assim, nasceu a ideia de criar uma república de acolhimento para gays, lésbicas, transexuais e travestis. O nome Casa 1, explica o militante, é para dar a ideia de “começo”. Nos planos, está a vontade de expandir. Salles acredita que o espaço deve virar um ponto de referência para a população LGBT.

Para ser morador da Casa 1, é preciso ter mais de 18 anos e ter sido expulso de casa por ser LGBT, ou estar em situações extremas de violência psicológica. Não há custo ou diária. Com 32 voluntários e uma fila de 400 pessoas interessadas em contribuir, o espaço oferece apoio psicológico e médico (uma obstetra e ginecologista faz uma visita de 15 em 15 dias). Segundo Giusti, o lugar será mantido por atividades culturais que serão oferecidas no salão da Casa, como oficinas de bordado e canto.



O café da manhã, o almoço e o jantar, além das contas, não estavam inclusos no projeto de financiamento e são pagos do próprio bolso de Giusti. O próximo passo é conseguir patrocínios para bancar os gastos. A ideia é que o projeto cresça e, por isso, a equipe vai iniciar um mapeamento das necessidades do entorno do espaço, na Bela Vista. Uma das propostas é facilitar oficinas para idosos, que têm procurado o espaço interessados em participar. “Estamos planejando o programa Adote um Vovô e Adote uma Vovó, com cursos em que a metade da turma será de idosos e a outra metade, de LGBTs em geral, não somente para os moradores da casa”, explica.



Pessoas em situação de violência física e psicológica são acolhidas (Foto: Nilton Fukuda/Estadão)

Há uma semana na Casa 1, a transexual Cindy Tobias da Silva, de 19 anos, conta que desistiu de morar com a mãe e a irmã na zona leste da capital paulista após ser alvo de xingamentos da família. “Desde criança, eu perguntava para a minha mãe por que eu tinha pênis. Aos 14 anos, me assumi gay e desde então comecei a me travestir. Me hormonizei. Elas me aceitam, mas não da forma que eu quero. Minha mãe ainda tem esperança de que eu volte (a ser um homem cisgênero). Mas isso nunca vai acontecer.” Agora na Casa 1, ela diz que quer “colocar a cabeça no lugar” e procurar emprego na área de maquiagem, cabelo ou roupa.

Com uma calçada completamente colorida e postes tomados por lambe-lambe, o espaço fica entre um salão de beleza e a loja de roupas da Neide Santos, de 51 anos. Para ela, vizinha de parede da Casa 1, o projeto “deu uma animada” na região. “Antes era um horror. Funcionava um boteco e tinha uma invasão. Agora, pelo menos é um projeto para ajudar pessoas”, diz.

*Juliana Diógenes*

---

## Vítimas de abuso acham, nas redes, espaço para denúncia

**(Diário de Pernambuco, 06/07/2016)** Cada vez mais pessoas expõem publicamente estupros sofridos na internet, na tentativa de aliviar carga negativa de traumas

“Quando minha mãe saía para ir ao mercado, meu pai me trancava em um quarto com ele, me colocava na cama ao lado de uma arma e me obrigava a estimulá-lo sexualmente com as mãos”. Assim se inicia o relato de Lindinere Silva, 48 anos, que encontrou na [carta postada no CuriosaMente](#), escrita por uma filha que sofreu abusos para a mãe, a determinação necessária para relatar pelo que também passou.

Com ameaças de ver a mãe e os sete irmãos mortos, Lindinere diz ter sido coagida a aceitar a situação abusiva à qual era submetida pelo próprio pai. “Minha mãe, que não sabia das ameaças com armas que eu sofria, me desprezava e dizia que eu era a culpada daquilo e deveria até gostar da situação. Hoje sei que o meu pai que era o culpado pelo meu sofrimento e da minha mãe”. A história de Lindinere, hoje mãe e avó, ficou então marcada pela violência sexual e psicológica que sofreu durante sete anos da infância e que havia guardado para si durante o resto da vida, até o momento de desabafo na rede social Diário. “Eu até já tinha contado para a família e para uma amiga muito próxima, mas expor em público, nunca. Agora sei que contar alivia e pode ajudar outras pessoas que também passaram por isso”.

Casos de agressão sexual e psicológica, como o vivido e relatado por Lindinere, apesar de brutais e injustificáveis, são frequentes no Brasil e tornam o país um local perigoso para mulheres. Segundo dados da Secretaria de Defesa Social (SDS), apenas nos primeiros cinco meses de 2016 já foram registrados 818 estupros em Pernambuco, uma média de um caso a cada quatro horas e meia - mais de cinco casos por dia. Entretanto, esse número não revela a quantidade real de casos existentes, visto que muitas mulheres não tornam públicas nem formalizam denúncias contra os agressores por medo de possíveis retaliações.

5,5

vítimas de estupro por dia no estado de Pernambuco

818

denúncias de estupro em Pernambuco entre janeiro e maio de 2016

2127

casos de estupro registrados em Pernambuco ao longo de 2015

50%

das vítimas de estupro mortas no Brasil têm menos de 19 anos

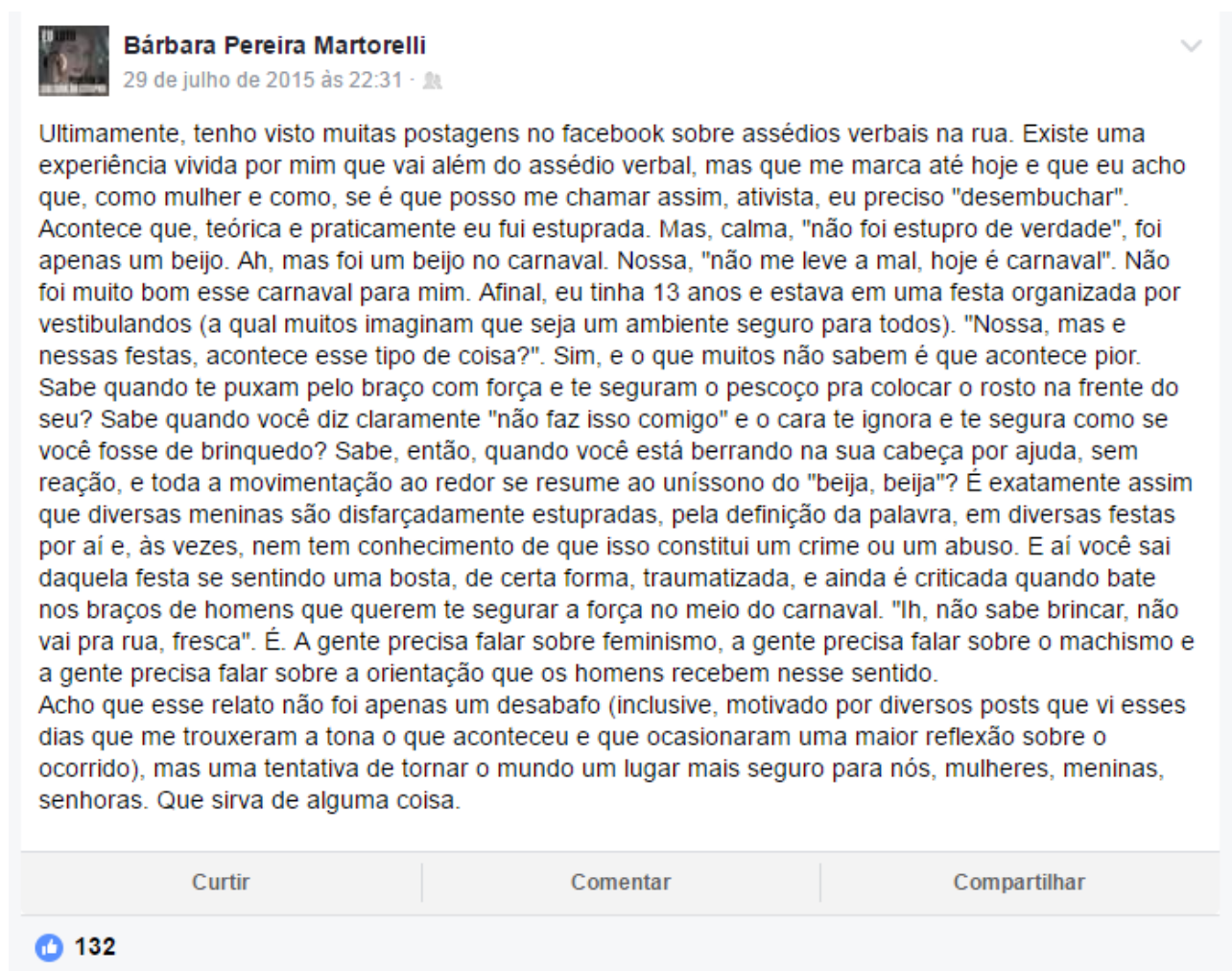
A professora de psicologia da UFPE Luciana Veras explica que não relatar promove a manutenção do cenário de agressão, mas para expor e denunciar o caso a vítima precisa ter forças para romper com o ciclo de abusos. “A mulher precisa desconstruir muitos fantasmas para ter a coragem de falar, como sentir-se culpada e achar que fez algo para provocar aquilo, ou ter que lidar com a dúvida do que vai acontecer na família a partir da exposição do caso e

dela mesma, de como a sociedade vai passar a enxergá-la depois disso”, ressalta.

Segundo Luciana, ver que algumas vítimas tiveram coragem de expor relatos incentiva as outras a não se conformarem com a situação de agressão, tornando também o seu caso público e fortalecendo outras mulheres que possam ter passado pelas mesmas experiências abusivas. Com isso, a professora pontua a importância de haver um canal de fala que dê atenção a todo e qualquer relato, inclusive aos feitos por crianças, que não fazem ideia da situação pela qual estão passando. “É de uma violência atroz quando a mãe ou a cuidadora não dá credibilidade à criança. Ignorar as queixas só vai corroborar com a punição de sofrimento que a criança já está sofrendo” completa.

### **O grito de milhares que obrigou o país a, enfim, ouvir**

A universitária Bárbara Pereira, de 19 anos, integrante do movimento *A Universidade é Pública, Meu Corpo Não*, aos 13, foi agarrada a força por um desconhecido e forçada a beijá-lo. Viu na campanha #PrimeiroAssédio a coragem necessária para trazer a público a agressão pela qual passou. “Só anos depois do ocorrido, percebi que isso poderia ter sido denunciado e alguma providência tomada, mas já era tarde – a única coisa que lembro do agressor é que ele parecia ser muito grande, talvez pela minha impotência no momento. Decidi então fazer o que eu poderia fazer à essa altura: expor meu relato para outras”.



**Bárbara Pereira Martorelli**  
29 de julho de 2015 às 22:31 · 🌐

Ultimamente, tenho visto muitas postagens no facebook sobre assédios verbais na rua. Existe uma experiência vivida por mim que vai além do assédio verbal, mas que me marca até hoje e que eu acho que, como mulher e como, se é que posso me chamar assim, ativista, eu preciso "desembuchar". Acontece que, teórica e praticamente eu fui estuprada. Mas, calma, "não foi estupro de verdade", foi apenas um beijo. Ah, mas foi um beijo no carnaval. Nossa, "não me leve a mal, hoje é carnaval". Não foi muito bom esse carnaval para mim. Afinal, eu tinha 13 anos e estava em uma festa organizada por vestibulandos (a qual muitos imaginam que seja um ambiente seguro para todos). "Nossa, mas e nessas festas, acontece esse tipo de coisa?". Sim, e o que muitos não sabem é que acontece pior. Sabe quando te puxam pelo braço com força e te seguram o pescoço pra colocar o rosto na frente do seu? Sabe quando você diz claramente "não faz isso comigo" e o cara te ignora e te segura como se você fosse de brinquedo? Sabe, então, quando você está berrando na sua cabeça por ajuda, sem reação, e toda a movimentação ao redor se resume ao unísono do "beija, beija"? É exatamente assim que diversas meninas são disfarçadamente estupradas, pela definição da palavra, em diversas festas por aí e, às vezes, nem tem conhecimento de que isso constitui um crime ou um abuso. E aí você sai daquela festa se sentindo uma bosta, de certa forma, traumatizada, e ainda é criticada quando bate nos braços de homens que querem te segurar a força no meio do carnaval. "Ih, não sabe brincar, não vai pra rua, fresca". É. A gente precisa falar sobre feminismo, a gente precisa falar sobre o machismo e a gente precisa falar sobre a orientação que os homens recebem nesse sentido. Acho que esse relato não foi apenas um desabafo (inclusive, motivado por diversos posts que vi esses dias que me trouxeram a tona o que aconteceu e que ocasionaram uma maior reflexão sobre o ocorrido), mas uma tentativa de tornar o mundo um lugar mais seguro para nós, mulheres, meninas, senhoras. Que sirva de alguma coisa.

Curtir      Comentar      Compartilhar

👍 132

Bárbara, que chegou a ser chamada de “exagerada” quando postou o relato em seu Facebook, enfatiza que a exposição de casos é importante para que todas as meninas saibam que



qualquer ato libidinoso forçado é estupro, e, assim, percebam que sofrer agressões não é normal. “Quando ocorreu comigo, pela pouca idade e pelo tabu que é o assunto, eu não me dei conta de que naquele momento havia sido estuprada. Só vim perceber e relatar ano passado, e até fiquei com vergonha no início, mas contar me deixou mais leve. Foi como se eu tivesse aliviando tudo pela ponta dos meu dedos”, desabafa.

A campanha #PrimeiroAssédio foi uma ação criada pelo coletivo feminista [Think Olga](#), em outubro de 2015, após uma das participantes do MasterChef Júnior ter sido alvo de comentários com teor sexual, mesmo tendo apenas doze anos. Assim como a carta postada pelo CuriosaMente, a campanha abriu na internet um espaço de fala e desabafo às mulheres que tiveram a infância injustamente atravessada por interações de cunho sexual. A gerente de conteúdo e comunidade da Think Olga, Luíse Bello, explica que é por meio da exposição dos relatos que as vítimas culpabilizadas pelo estupro percebem que o que aconteceu foi, na verdade, errado. “Saber que, como as autoras dos outros relatos e as criadoras da campanha, há pessoas que vão ficar do lado delas já é um estímulo às vítimas para contar pelo que passaram. Elas buscam ouvidos que estejam abertos a escutar o caso sem questionar e julgar”, diz.

É por meio do relato nas redes sociais que muitas mulheres falam pela primeira vez sobre agressões sexuais e psicológicas vividas, investigando o passado sem culpa e enxergando que foram vítimas de situações pelas quais não deveriam ter passado. “As vítimas têm vergonha de falar sobre isso com pessoas que amam, familiares e amigos, porque o assunto sempre foi um tabu. Os abusos acontecem desde muito cedo; as conversas sobre esse tema, não”, finaliza Luíse. Com mais de 82 mil relatos, a campanha #PrimeiroAssédio é um expoente do movimento de desabafo e, recentemente, inspirou uma versão internacional, em inglês. Terapêuticos, por permitir compartilhar a carga do trauma sem receber imposições de questionamentos ou culpas, os relatos frequentes de estupro expostos nas redes sociais ajudam a entender a real dimensão do problema no Brasil.

*Giovana Ferreira*

**Acesse no site de origem:** [Vítimas de abuso acham, nas redes, espaço para denúncia \(Diário de Pernambuco, 06/07/2016\)](#)

---

## [Relatório da CDH pede mais apoio às mulheres vítimas de violência](#)

**(Senado Notícias, 16/12/2015)** A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou nesta quarta-feira (16) o relatório da senadora Regina Sousa (PT-PI) que analisou as políticas públicas voltadas ao atendimento à mulheres vítimas de violência. Entre as recomendações aprovadas, está a solicitação à Câmara dos Deputados para que rejeite o PL 5069/2013, do deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que retoma a necessidade de exame de corpo de delito para comprovar a violência sexual, antes que a alegada vítima receba o atendimento médico.

**Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude:** [Relatório da CDH pede mais apoio às mulheres vítimas de violência \(Senado Notícias, 16/12/2015\)](#)

---

## **ABGLT emite nota de apoio às emendas propostas pela senadora Marta Suplicy para a criminalização da homofobia**

**(Agência Aids, 17/12/2014)** Todos os anos no Brasil, centenas de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) são assassinados tão somente em função de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero diferentes da heteronorma convencionalmente aceita e imposta. A maioria desses casos permanece sem apuração e a impunidade reina, perpetuando a situação.

O “Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: ano de 2012”, publicado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, revela que no ano de 2012 houve pelo menos 310 homicídios de LGBT no país. No mesmo ano, também houve 9.982 denúncias de violações dos direitos humanos de pessoas LGBT.

Entre as populações consideradas vulneráveis, a população LGBT é a única que não tem legislação específica de proteção contra a discriminação e a violência, diferente das mulheres, dos negros e assim por diante. E a oposição à aprovação de uma lei específica de proteção das pessoas LGBT vem sobremaneira de setores ultraconservadores e fundamentalistas para quem os direitos humanos são irrelevantes ou para quem convicções religiosas que não aceitam a homossexualidade vêm acima do princípio da laicidade do processo legislativo e do Estado.

Iniciado em 2001 como o Projeto de Lei 5003/2001, tramitou doze anos no Congresso Nacional (cinco na Câmara e sete no Senado) a proposição de criminalização da homofobia. No Senado, sob o nome de Projeto de Lei da Câmara (PLC) 122/2006, a proposição estava na tramitação na Comissão de Constituição e Justiça e depois iria para a aprovação na Comissão de Direitos Humanos (CDH). Em uma manobra de deputados e senadores ligados à bancada evangélica, o PLC 122 foi apensado à reforma do Código Penal.

As pessoas não escolhem nem optam por ser LGBT. Quem escolheria ou optaria para ser sujeito à discriminação e à violência que são interligadas a essa condição? A sexualidade não é estanque, ela é extremamente variada e suas diversas manifestações devem ser respeitadas.

A Constituição Federal do Brasil estabelece que não haverá discriminação de qualquer natureza e que todos são iguais perante a lei. Também assegura a dignidade humana e a segurança jurídica. Contudo, pelo quadro de discriminação e violência exposto acima, está evidente que os direitos constitucionais da população LGBT estão sendo feridos e que é preciso protegê-los afirmativamente.

Por estes motivos, a ABGLT - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e

Transexuais - manifesta seu apoio às iniciativas da Senadora Marta Suplicy para que o projeto do novo Código Penal que está em tramitação no Congresso Nacional também garanta a criminalização da homofobia, para pôr fim à vergonhosa situação da impunidade da violência e discriminação contra as pessoas LGBT no Brasil.

Assim, conclamamos que as organizações e pessoas aliadas façam mobilização nas redes sociais para o envio de mensagens às(aos) senadoras(es) solicitando sua articulação em favor da inclusão da criminalização da homofobia na reforma do Código Penal.

***[Acesse no site de origem: ABGLT emite nota de apoio às emendas propostas pela senadora Marta Suplicy para a criminalização da homofobia \(Agência Aids, 17/12/2014\)](#)***